



# *Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR*

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1.0. DO OBJETO E DOS SERVIÇOS VINCULADOS:**

#### **1.1. DO OBJETO**

**1.1.1. Repasse de subvenção social a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017. Com objeto específico de “O presente tem por objeto a transferências de recursos financeiros a ASSOCIAÇÃO, destinado ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades educacionais aos alunos matriculados na Escola Fátima da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial, cujo a ASSOCIAÇÃO é mantenedora.”**

#### **1.2. DOS SERVIÇOS VINCULADOS:**

<b>Item</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>
01	SERV	CONTRATAÇÃO DE UM MOTORISTA PARA TRANSPORTES	06 MESES

**1.3.** Os bens/serviços são de natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **2.0. DA JUSTIFICATIVA E VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE:**

**2.1.** A presente contratação busca promover e garantir a melhoria de atendimento especializado aos alunos da APAE, visando e aprimorando seus conhecimentos para a inclusão social e o alcance da autonomia, através de apoio pedagógico e manutenção de diversas atividades especiais ligadas ao ensino aprendizagem e ao bem estar dos alunos.

**2.2.** O presente **TR** é originário do **Documento de Formalização de Demanda n.º 003/2024**, e do ato que o autorizar está devidamente vinculado à respectiva proposta, e ao ato que o autorizou, processado por meio de **Inexigibilidade**, nos termos do art. 92, II, da Lei n.º 14.133/2021.

**2.3.** Esse **PROCEDIMENTO** será regido pela Lei n.º 14.133/21, seus atos instrutórios, e o ato que o autorizou.

### **3.0. DA FUNDAMENTAÇÃO:**

**3.1.** O procedimento administrativo possui supedâneo no **art. 74 da Lei 14.133/2021**, a qual permite **“Repasse de subvenção social a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, de acordo com o decreto municipal nº 1472 de 30 de Janeiro de 2017.”**

### **4.0. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1.** A presente contratação busca promover e garantir a melhoria de atendimento especializado aos alunos da APAE, visando e aprimorando seus conhecimentos para a inclusão social e o alcance da autonomia, através de apoio pedagógico e manutenção de diversas atividades especiais ligadas ao ensino aprendizagem e ao bem estar dos alunos.



## ***Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR***

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

### **5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Melhoria do atendimento dos alunos com a contratação de um motorista para transportes dos alunos.

### **6.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**6.1.** A contratação deste serviço enquadra-se como serviço continuado, pois tem por objetivo assegurar de forma ininterrupta o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, conforme disposto nesse **Termo de Referência e na Minuta de Contrato**.

### **7.0. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E SELEÇÃO DO EXECUTANTE:**

**7.1.** Os serviços contratados visam atender a demanda da secretaria solicitante, e serão contratados por meio de inexigibilidade de licitação.

### **8.0. VISTORIA PARA A CONTRATAÇÃO:**

**8.1.** Deverá ser realizada através de uma análise inicial e sugestões a serem aplicadas.

### **9.0. DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**9.1.** A execução dos serviços será pelo prazo de 06 (seis) meses, conforme cronograma.

### **10.0. DO VALOR DO CONTRATO DA VANTAJOSIDADE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** O valor a ser pago pela prestação dos serviços, será de R\$ 22.296,18 (vinte e dois mil duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos), compreendendo o período de 06 (seis) meses, conforme cronograma, mediante celebração de contrato.

**10.2.** Diante disso a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS/APAE, fica responsável pela contratação da prestação dos serviços, conforme Plano de Trabalho, sendo vantajosa a referida contratação.

**10.3.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
6418	335043080000	INSTITUICAO DE CARATER EDUCACIONAL	07.02.12.367.0008.2.101	DIVISAO DE EDUCACAO

### **11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**11.1.** A Administração Municipal, através de seus servidores a serem designados, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações assumidas pelo fornecedor.

#### **12.1. DA VIGÊNCIA:**

**12.1.1.** O instrumento de contrato terá uma vigência estimado de 06 (seis) meses da assinatura do contrato

#### **12.2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

**12.2.1.** A execução dos serviços terá o prazo de 06 (seis) meses a contar da assinatura do contrato;



## *Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR*

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

**12.2.2.** Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato, e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.

### **12.3. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

**12.3.1** Em razão das características do objeto, os serviços serão recebidos definitivamente com o atendimento natural das demandas, conforme descrição contida no Termo de Referência e proposta apresentada.

### **13.0. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

#### **13.1. DA FORMA DE PAGAMENTO:**

**13.1.1.** Serão pagos ao **CONTRATADO** em **06 (seis) parcelas mensais**.

#### **13.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**13.2.1.** O recibo correspondente enviado junto à Administração Municipal, e serão analisados os requisitos para pagamento em até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento do documento fiscal.

**13.2.2.** Caso o **CONTRATADO**, por qualquer motivo, der causa à rejeição das notas fiscais, por atraso, erro material, ou outro fator que impossibilite ou dificulte a avaliação da fatura, o prazo para o respectivo pagamento será prorrogado pelo período utilizado para a regularização do respectivo documento.

**13.2.3.** O pagamento será efetuado **após a emissão de recibo correspondente**, devidamente atestado pelo setor competente, mediante emissão de ordem de pagamento, e se processará por meio de transferência bancária na qual a destinação **deverá ser o credor CONTRATADO, sendo vedado o pagamento em nome de terceiros**.

**13.2.4.** Valores inerentes a sanções ou penalidades administrativas relativas ao descumprimento total ou parcial do contrato, somente poderão ser descontadas em eventuais créditos, após o devido processo legal, e o trânsito em julgado administrativo.

**13.2.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

### **14.0. DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:**

**14.1.** As despesas com o presente procedimento terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício 2024, e foi classificada pelo Departamento de Contabilidade do Município:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
6418	335043080000	INSTITUICAO DE CARATER EDUCACIONAL	07.02.12.367.0008.2.101	DIVISAO DE EDUCACAO

#### **14.2. DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:**

**14.2.1.** Os custos desse contrato serão cobertos com os recursos destinados às despesas de custeio, proveniente de recursos próprios e de receitas provenientes de transferências constitucionais obrigatórias, não gerando impacto orçamentário-financeiro, pois foi estimada no momento da confecção das peças orçamentárias para o exercício de 2025, nos termos da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964.



## *Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR*

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

---

### **15.0. DOS CRITÉRIOS DE REALINHAMENTO, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE:**

#### **15.1. DOS CRITÉRIOS DE REALINHAMENTO:**

**15.1.1.** Somente haverá a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Instrumento de Contrato, nos termos do Art. art. 124, II, “d” da Lei n.º 14.133/2021, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**15.1.2.** O pedido de realinhamento disposto no **item 15.1.1.** será solicitado por meio de petição escrita, protocolada junto à Administração, instruída com os **fatos, fundamentos e documentos que comprovem o desequilíbrio.**

**15.1.3.** A administração terá até **5 (cinco) dias úteis**, para analisar o pedido de realinhamento, sendo que nesse interregno não haverá interrupção na execução do contrato.

**15.1.4.** As Ordens de Serviço emitidas até a data do protocolo da solicitação junto à Administração, manterão o preço até então praticado.

**15.1.5.** Considerado procedente o pedido de realinhamento, a administração dará efeito retroativo às Ordens de Fornecimento emitidas a partir do protocolo da solicitação, e sendo considerado improcedente, o fornecedor deverá manter suas obrigações nos termos da proposta, sob pena das sanções cabíveis, dentre elas as dispostas no art. art. 155 e 157, da Lei n.º 14.133/2021.

**15.1.6.** Os critérios aqui descritos visam coibir abusos e inconsistências não motivadas pela administração, pleiteada pelo interessado de forma imotivada e infundada, junto à Administração, visando um reequilíbrio de valores infundados.

#### **15.2. DOS CRITÉRIOS DE REPACTUAÇÃO:**

**15.2.1.** O instituto da repactuação é proveniente de serviços de natureza continuada, e se vincula à execução contínua de serviços públicos essenciais, por possuírem fatores externos e periódicos que podem comprometer a sua execução, o que não ocorrerá no presente procedimento, motivo que não será autorizado.

#### **15.3. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES:**

**15.3.1.** Os valores são irrealizáveis durante a vigência do termo de fomento.

### **16.0. DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO:**

**16.1.** Em razão da natureza da contratação não será exigido nenhum tipo de garantia.

### **17.0. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

#### **17.1. DO CONTRATADO:**

**17.1.1.** O **CONTRATADO** será notificado a comparecer para assinatura do Instrumento de Contrato ou retirada de documento equivalente, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, contados da notificação, podendo haver uma prorrogação, desde que justificado e acolhido pela administração, contados do recebimento da notificação formal.

**17.1.2.** O **CONTRATADO**, em razão da natureza do objeto, não se obriga a aceitar acréscimos ou supressões, podendo ocorrer somente com acordo bilateral, e no caso de acréscimo deverá se comprovando as mesmas condições de notoriedade.

**17.1.3.** Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços ocorrerão inteira e exclusivamente por conta da **CONTRATADO**.



## *Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR*

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

17.1.4. O atraso ou a falta injustificada da execução dos serviços causará ao **CONTRATADO** penalidades dispostas no Instrumento de Contrato.

17.1.5. O **CONTRATADO** é responsável por danos causados na execução do contrato, mediante devido processo legal, para apuração de responsabilidade, concedida contraditório e ampla defesa.

17.1.6. O **CONTRATADO** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

### **17.2. DO CONTRATANTE:**

17.2.1. São de responsabilidades da **CONTRATANTE** o acompanhamento, fiscalização e o recebimento dos serviços executados.

17.2.2. O **CONTRATANTE** se obriga a efetuar o devido pagamento ao **CONTRATADO**, referente a execução dos serviços em conformidade com o Instrumento de Contrato, e remeter advertência ao **CONTRATADO**, por escrito, quando os serviços não forem executados de forma satisfatória.

17.2.3. Promover os atos necessários à execução dos serviços, conforme **Termo de Referência e Minuta de Instrumento de Contrato**, bem como manter estas obrigações no decorrer da execução, salvo a prática de atos ilegítimos que não depender de sua responsabilidade direta.

17.2.4. Disponibilizar, seguintes recursos:

17.2.5. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

### **18.0. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

18.1. O **CONTRATADO**, na execução do contrato, não poderá **subcontratar** no todo ou parte o objeto licitado, mesmo que considerada atividade meio e divisível, podendo o **CONTRATADO** se utilizar da estrutura profissional da empresa, sob sua responsabilidade direta, e ratificação na assinatura, observadas as regras dispostas no Termo de Referência.

### **19.0. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

19.1. O contratado se responsabiliza administrativamente pelas ocorrências das infrações dispostas no art. 155, caput, e seus incisos da Lei n.º 14.133/2021, quando:

19.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





## *Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR*

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

-----  
**20.1.** A recusa injustificada em assinar o Instrumento de Contrato ou documento equivalente, dentro do prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, e o sujeitará penalidades legais, autorizando a administração a convocar os licitantes remanescentes na ordem de sua classificação, nas mesmas condições do vencedor, conforme dispõe o art. 90, da Lei n.º 14.133/2021, sujeitando-o às seguintes sanções:

**20.2.1.** advertência;

**20.2.2.** multa;

**20.2.3.** impedimento de licitar e contratar;

**20.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**20.2.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**20.2.5.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**20.2.5.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**20.2.5.3.** circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**20.2.5.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**20.2.5.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**20.3.** os licitantes remanescentes não são obrigados a aceitar a executar a o objeto contratado, nas mesmas condições do vencedor, e demais situações dispostas no Art. 155, da Lei n.º 14.133/2021.

**20.4.** A sanção de **Advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa que der causa à inexecução Parcial do Contrato disposta no Art. 156, § 2º c/c art. 155, I, ambos da Lei n.º 14.133/2021;

**20.4.1.** A sanção de **Multa** será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

**20.4.2.** A sanção de **Impedimento de Licitar e Contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**20.4.3.** A sanção de **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**20.4.4.** A sanção de **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** observará o devido processo legal, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, observado no que couber, o Art. 156, § 6º, observados os prazos e condições do Art. 157 a 161, todos da Lei n.º 14.133/2021.

**20.4.5.** A rescisão unilateral ou anulação parcial da nota de empenho ou documento equivalente que os substitua, nos termos do Art. 138, I, da Lei n.º 14.133/2021, *per si*, não caracteriza sanção administrativa, uma vez que apenas reporta uma situação



## *Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR*

**CNPJ 95.640.736/0001-30**

**CEP 87528-000**

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

---

impeditiva de continuidade da execução do contratado documento equivalente, assegurado o contraditório e ampla defesa, conforme art. 137, caput, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções dispostas no Edital, Ata de Registro de Preço ou ainda Instrumento de Contrato conforma o caso.

**20.4.6. A Rescisão Unilateral do Instrumento de Contrato**, *per si*, não caracteriza sanção administrativa, uma vez que apenas reporta uma situação impeditiva de continuidade da execução do Instrumento de Contrato, podendo ser efetivada nos termos do art. 137 e 138 da Lei n.º 14.133/2021.

### **21.0. DAS SANÇÕES DE MULTAS:**

**21.1.** O atraso injustificado no pagamento do **CONTRATADO**, sujeitará ao **CONTRATANTE**, multa de mora no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor mensal convencionado, juros moratórios de 0,33% (três décimos por cento) ao dia, e correção monetária do IPCA-E, até a data do efetivo pagamento, limitado à 60 (sessenta) dias momento em que poderá ser solicitado pelo **CONTRATADO** a suspensão da prestação dos serviços, ou rescisão contratual, nos termos do Art. 137, § 2º da Lei n.º 14.133/2021.

**21.2.** O atraso injustificado na inexecução dos serviços pelo **CONTRATADO**, sujeitará a ele, multa de mora no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor total convencionado, juros moratórios de 0,33% (três décimos por cento) ao dia, até a data da efetiva execução dos serviços, limitado à 60 (sessenta) dias momento em que poderá ser solicitado pelo **CONTRATADO** a suspensão da prestação dos serviços, ou rescisão contratual, nos termos do Art. 137, § 2º da Lei n.º 14.133/2021.

**21.3.** Eventual sanção a ser aplicada do **CONTRATADO**, observará a disposição contida no art. 156, § 1º da Lei n.º 14.133/2021, observada a dosimetria adequada de valores.

Alto Paraíso - PR., 02 de Abril de 2025.

---

**CRISTIANE CRISTINA SILVA AUGUSTO**

**Matrícula 1288-2**

Aprovado e Revisado por:

---

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER**

**Secretaria de Educação**